
A TEORIA NA PRÁTICA

ARQUEOLÓGICA:

UMA CONVERSA

SOB A LUZ

DO LUAR*

CAROLINE MURTA LEMOS**, JOSÉ ROBERTO PELLINI***

Resumo: em geral, podemos dizer que todas as grandes correntes teóricas da Arqueologia foram acompanhadas por mudanças nas metodologias de campo. No entanto, a despeito dos grandes avanços teóricos propostos pelo Pós-Processualismo, as práticas de campo não acompanharam esse desenvolvimento. É essa situação que esse artigo pretende discutir.

Palavras-chave: Correntes Teórico- Metodológicas. Prática Arqueológica. Pós-Processualismo.

Um dia destes estávamos em campo, escavando um abrigo rupestre próximo à cidade de Serranópolis, quando a noite quente não nos permitia pegar no sono. Sai da barraca e vi meu marido fumando e olhando a lua. A noite estava linda! O céu cheio de estrelas, o rastro da via láctea cintilava no firmamento e o silêncio fazia com que os pensamentos ficassem mais altos que nossas próprias palavras.

Zé: Oi meu amor, está sem sono?

Carol: Estou. Está quente lá na barraca. Não estou conseguindo dormir!

Zé: Viu aquilo????? Lindo, não é?

Carol: Não, eu não vi. O que foi?

* Recebido em: 09.01.2011.
Aprovado em: 09.02.2011.

** Arqueóloga pela PUC Goiás/Mestranda da PPGA-UFMG. *E-mail:* carolmurta@hotmail.com

*** Doutor em Arqueologia. Pós Doutorando MAE/USP. *E-mail:* jrpellini@yahoo.com.br

Zé: Uma estrela cadente.

Carol: Ahhh eu não vi !!!!! Eu nunca consigo ver uma estrela cadente.

Zé: Estranho não é?

Carol: O que? O fato de eu nunca ter visto uma estrela cadente?

Zé: Sim, também. Mas não era isso que eu ia falar. Você já parou para pensar o que estamos fazendo aqui? Estamos no meio do nada, em uma fazenda desativada, acordando todos os dias as seis da manhã, andando dois quilômetros. Ficamos quase dez horas por dia catando pedras, como diz aquele rapaz, o André, voltamos, tomamos banho gelado e dormimos em uma barraca. Você não acha isso tudo muito esquisito?

Carol: Esquisito? Não, não acho. Mas o pessoal da fazenda deve achar. Afinal de contas, um grupo de pessoas passando o dia cavando e coletando pedrinhas, não deve parecer para eles uma coisa normal. Mas isso é campo, não é?

Zé: Falando em campo, você terminou de ler aquele livro do Lucas?

Carol: Qual? O *Critical Approaches to fieldwork*, de 2001?

Zé: Sim, esse.

Carol: Terminei ontem.

Zé: E o que você achou?

Carol: Achei interessante. Mas uma coisa em especial me chamou a atenção. Algo que ele coloca logo na introdução do livro, o fato do Pós-Processualismo ainda não ter alcançado a prática. Ele salienta que embora haja um grande debate teórico no Pós-Processualismo esse debate não alcançou a prática de campo. Por exemplo, o sistema de quadrículas que estamos usando lá no sítio é algo proposto e desenvolvido durante o Histórico-Culturalismo com Wheeler e pouco mudou até hoje.

Zé: A idéia é interessante sim, mas ela não é tão nova. Tilley em seu *Phenomenology of Landscape* (1994) foi um dos primeiros a discutir esta questão. Para ele o fato do Pós-Processualismo não ter alcançado o campo se deve a dois motivos. Em primeiro lugar à própria natureza do Pós-Processualismo com sua ênfase nos processos subjetivos de construção do conhecimento, que acaba resultando no não desenvolvimento de técnicas digamos objetivas. Em segundo lugar ao fato de que ainda pensamos o campo como uma técnica e não como um processo onde o passado começa a ser escrito.

Carol: Muitos autores já ressaltaram a divisão entre campo e gabinete, entre a coleta de dados e a interpretação e o quanto a idéia de campo é contraposta à noção de produção de conhecimento, veja, por exemplo, Bergreen e Hodder (2003), Lucas (2001), Edgeworth (2003), Whitmore (2004), Bradley (2003). O campo é concebido como o lócus da coleta de dados e o laboratório como o lócus de análise e interpretação. Acho que esta divisão simplifica demasiadamente o processo de construção do conhecimento criando um abismo entre o mundo material e o discurso. Esta separação como coloca Shanks (2002), falha em considerar as complexidades da prática arqueológica e as múltiplas conexões que se estendem além do contexto arqueológico. Para Lucas (2001) esta divisão tem início com a aceitação da Arqueologia como uma disciplina da Antropologia, especialmente nos EUA, na primeira metade do século XX. Você não

acha que talvez esta divisão seja ainda mais recuada? Que esteja associada ao próprio nascimento da arqueologia como ciência?

Zé: Não sei, nunca pensei nisso. Faz um favor para mim? Pega minha Coca dentro da barraca?

Carol: Onde está?

Zé: Bem lá no canto, perto da varinha do Harry Potter.

Carol: Está bem.

Zé: Obrigado, ela ainda está geladinha. Então, voltando ao assunto, talvez você tenha razão, pois, o trabalho de campo como uma prática profissional realizada pelos próprios cientistas surge apenas no final do século XIX, primeiramente com os geólogos e naturalistas e depois com os arqueólogos e antropólogos. A prática regular era a análise dos objetos nos gabinetes, objetos estes que eram coletados por viajantes e colecionadores comissionados. A ida ao campo não era uma atividade própria ao gentleman aristocrata.

Carol: Sim, por isso acho que de certa maneira essa divisão entre prática e laboratório tenha se iniciado neste momento, afinal a idéia em voga no final dos séculos XVIII e XIX era o colecionismo e assim boa parte das escavações nasce com a idéia de recoleção de objetos, sem a necessidade de um registro e muito menos de interpretação. É o objeto pelo objeto. O real avanço do conhecimento não era praticado por aqueles que iam a campo, mas sim, por aqueles em casa ou no gabinete. Lembra do Daniel Wilson e John Lubbock?

Zé: Sim, dois grandes arqueólogos do século XIX.

Carol: Você sabia que eles nunca conduziram um campo? Quando visitavam um sítio não era para analisar ou orientar a escavação era por simples curiosidade.

Zé: Exceções talvez sejam os trabalhos de Warsaae na Dinamarca e Schlieman na Grécia e parte da arqueologia paleolítica, principalmente no vale do Somme na França com Boucher de Perthes, em 1846.

Carol: Mas, mesmo nestas escavações o foco ainda se centrava no artefato e nas coleções. Taylor em 1848 escreve que a arqueologia é apenas uma técnica, um método para a obtenção de informações culturais.

Zé: Pior é Irwing Rouse. Em 1968 ele publica um artigo onde defende a diferenciação da pré-história com a arqueologia. Para ele arqueologia é a técnica de campo para a coleta de dados, dados estes que deveriam ser interpretados pelos pré-historiadores, pelos historiadores, sociólogos ou antropólogo.

Carol: Havia uma grande divisão entre a elite intelectual e o escavador de campo, igual à divisão entre o coletor comissionado e o cientista de gabinete. A prática geral era a contratação de escavadores que realizavam a escavação e a coleta das peças. Isso fica muito claro nos trabalhos do Peabody Museum e o American Bureau of Ethnology nos Estados Unidos. As raras visitas a campo eram realizadas por simples curiosidade, mesmo porque havia um grande apelo exótico associado aos processos de escavações.

35 O cenário muda um pouco a partir de 1870 com o desenvolvimento do conceito de

cultura. Cultura era pensada como universal, sendo assim não era de se esperar que variasse dependendo do local ou do espaço. Assim o melhor lugar para pensar cultura era na cadeira. Já com a idéia do particularismo histórico de Kossina e Boas, o contexto de campo passa a ter mais importância e os cientistas passam a valorizar a presença no local da escavação a fim de determinar a origem dos objetos. Isto porque, a partir da idéia de que as mudanças culturais fazem parte de um contexto espaço-temporal específico surge a necessidade de se obter cronologias, tipologias e seriações.

Zé: O reflexo disso é que nas escavações arqueológicas cria-se a necessidade de um registro mais detalhado do posicionamento horizontal (espacial) e vertical (temporal) dos artefatos e, logo, da estratigrafia. Dessa forma, a estratigrafia passa a ser considerada a chave principal da escavação, é a chamada revolução estratigráfica dentro da arqueologia. Essa preocupação com a estratigrafia tem reflexos importantes na prática arqueológica, pois para que se obtenha um registro mais detalhado do sítio e da estratigrafia, passa a haver a necessidade de um maior controle da escavação. Isso resulta em uma maior hierarquização dos trabalhos em campo. Segundo Bergreen e Hodder (2003), os métodos como o de “escavação por quadrículas” de Wheeler (1954), por exemplo, aumentaram o controle do “supervisor” sobre a escavação. Aqui você já tem pelo menos três figuras associadas ao campo: o aristocrata responsável pelo projeto, aquele que normalmente fica em seu gabinete, o supervisor ou diretor de campo e os trabalhadores sem qualificação.

Carol: Essa hierarquização só aumentava ainda mais a distância entre quem escavava e quem interpretava e, conseqüentemente, a distância entre a prática e a teoria. O Thomas (2004), de quem você gosta tanto, afirma que esta metodologia histórico-culturalista baseada em uma estratégia descritiva e empírica, juntamente com a idéia de fases e de tradições, fez com que a Arqueologia passasse a ser vista apenas como uma metodologia para extração de dados que podia ser usada a serviço das interpretações antropológicas ou históricas. É baseado nisso que Lucas (2001) afirma aquilo que te falei antes, ou seja, que foi na primeira metade do século XX, com a aceitação da Arqueologia, com sua natureza descritiva e empírica, como uma disciplina da Antropologia, que se iniciou a separação entre a prática e teoria.

Carol: O desejo de sistematização nasce da preocupação com o controle da escavação, para que “Eu”, o diretor de campo ou arqueólogo responsável, não precisasse orientar toda a escavação. Assim os trabalhadores seguiriam as determinações e o controle poderia ser feito a distância. O método permitia que, mesmo trabalhadores inábeis escavassem sob certa supervisão.

Zé: Isto não te parece igualzinho a algumas das pesquisas de arqueologia de contrato que você conhece?

Carol: Sim parece. Aliás, não parece, creio que a base seja muito mais do que simplesmente parecida. Não é por acaso que a chamada Arqueologia de Salvamento surge neste período. Como bem coloca Bergreen e Hodder (2003), na década de 1920, a Arqueologia de Salvamento surge nos Estados Unidos e na Inglaterra utilizando mão

de obra não qualificada, detentos nos Estados Unidos e desempregados na Inglaterra. A idéia continua a mesma, o coordenador da pesquisa, arqueólogo doutor, não precisa estar em campo, ele determina o que necessita ser feito enquanto está sentado em uma sala com ar condicionado, e os trabalhadores providenciam os dados.

Zé: Meu amor me passe o cigarro que está ai do seu lado e aproveita e pega mais uma Coca que aquela já se foi.

Carol: Pronto, mas se controla que está é a ultima das Cocas.

Zé: Não pode ser. Eu tinha mais duas na barraca, só para emergências.

Carol: Não tem mais não.

Zé: O Rubim deve ter mais na barraca dele, vou acordá-lo.

Carol: Não. Deixa o Júlio dormir. Amanhã ele vai sofrer tentando explicar estratigrafia para todos lá no sítio. O povo não está muito interessado, só quer saber de cavar, cavar e cavar. E no mais você tem quase um litro ai. Mas, voltando ao assunto, essa obsessão com o registro arqueológico fica muito clara nos trabalhos de Pitt Rivers em Cranborne Chase. Ele mesmo diz que, embora de maneira não usual, tenha descrito demasiadamente o sítio, afinal são quatro grandes volumes, ressalta que muita evidência ainda é perdida por omissão dos registros. Nas palavras dele: “A arqueologia e a antropologia têm trazido novas questões a serem discutidas sobre as sociedades antigas, mas é possível que boa parte dos elementos para a solução destas questões já se tenha perdido por falta de registro, principalmente por aqueles como eu ligados à morfologia da arte. Todos os detalhes devem ser registrados” (1876 *apud* LUCAS, 2001).

Zé: Mas o que ele propunha para evitar a perda de dados?

Carol: Ele propunha o chamado método Strip digging, onde o solo era removido em uma série de trincheiras paralelas e sucessivas com os despojos de uma sendo utilizados para tapar a outra. Este era um método muito comum no século XIX para escavação de pedreiras de calcário. Outro método proposto por ele pressupunha que se deixassem blocos testemunhos entre as trincheiras para servirem de pontos de referência para os objetos coletados.

Zé: Embora sua preocupação com o registro seja motivada pelo desejo de uma escavação total, sua busca particular era dominada pela necessidade de fornecer um contexto seguro para os objetos, ou seja, de estabelecer a posição certa dos objetos na escala evolutiva das culturas. Essa idéia de registrar tudo só ressalta a importância dos objetos. Não se vê nos trabalhos de Rivers um desejo de interpretação do sítio ou do contexto geral. Lucas (2001) diz que embora o registro que ele praticava fosse meticuloso os métodos de escavação eram decepcionantes. Basta pensar que ele escavava a pazadas. E no mais os métodos que ele utilizava não eram novos eram apenas usados em escala maior.

Carol: A preocupação com o registro pode também ser vista nos trabalhos de Petrie.

Zé: Não foi ele que escreveu o que é considerado o primeiro manual de arqueologia da língua inglesa?

Carol: Foi sim. Ele publicou em 1904 o *Methods and Aims in Archaeology*. No livro, Petrie recomenda o uso em campo de duas metodologias diferenciadas, a abertura

de uma trincheira linear acompanhada da abertura de trincheira de áreas amplas. Na realidade, o que ele propunha era que, para os sítios mais simples deveríamos abrir trincheiras paralelas que poderiam ser estendidas de acordo com o desenho do sítio e das estruturas. Já para os sítios mais complexos, aqueles com pacotes estratigráficos mais profundos, deveríamos trabalhar com trincheiras de superfícies amplas. Mas o mais interessante nos trabalhos de Petrie foi sua preocupação com a realização de plantas e croquis do sítio, inclusive com o posicionamento do material. Para ele um bom registro de campo deveria ser composto por figuras e representações. Os textos deveriam servir apenas para mostrar o significado e a relação dos fatos expressos pelas formas.

Zé: Você não acha que os trabalhos de Petrie na Europa e no Egito se parecem com os de Putnam nos Estados Unidos?

Carol: De certa forma sim. Putnam (1973) em uma carta para Harvard Archaeological Society, dizia que os trabalhos de campo deveriam seguir um protocolo que pressupunha: 1) abertura de uma primeira trincheira que deveria ser escavada até a base do sítio; 2) deveria se deixar um muro vertical mostrando o contato entre a base e a terra. Esta primeira seção deve ser fotografada e desenhada e suas medidas anotadas; 3) em seguida esticam-se duas cordas N/S e L/O e todas as medidas são anotadas em relação ao muro e com auxílio das cordas; 4) o trabalho segue fatiando o piso. Cada fatia sendo uma seção da escavação. O método de *Slice*, como ficou conhecido, permitia continuar a escavação com referência a uma estratigrafia fixa.

Zé: Embora haja, antes de Wheeler, uma preocupação incipiente com as questões estratigráficas aliada à necessidade de um registro preciso, é com ele que pela primeira vez estas questões atingem o ápice. Ele não somente usava uma sondagem de controle para estabelecer a guia para a escavação, como dizia que a estratigrafia no sítio deveria ser controlada de lado, nas seções e não de cima.

Carol: Mas fico pensando, por mais que Wheeler estivesse preocupado com a estratigrafia, ele não estava muito interessado na interpretação do sítio, você não acha?

Zé: Mas por que você diz isso?

Carol: Veja; o que ele chamava de escavação de superfícies amplas era na realidade uma falsidade. Quando a escavação terminava, Wheeler (1954) retirava as seções para registrar a planta completa, ou seja, na planta a escavação parecia de uma superfície ampla, mas na realidade, na prática, ele escavava por quadrículas, por seções.

Zé: Sim é verdade. Mas lembre que o ponto central dos trabalhos dele é a idéia que ele tinha de cultura. Para ele, como a cultura era um fenômeno plural, era necessário se obter uma estrutura absoluta de tempo e espaço que diferenciasse os diferentes grupos. Neste sentido, o controle vertical e horizontal era uma expressão direta da concepção do controle na interpretação, através dos eixos espaciais e temporais.

Carol: Concordo.

Zé: Se fossemos resumir as tendências deste período poderíamos falar em: 1) escavação por níveis - uma trincheira ou poço era escavada acumulativamente seja pelo nível métrico ou pelo natural; 2) método de bloco - eram realizadas trincheiras em

todos os lados de uma quadra, mas um bloco ou coluna permanecia e este era escavado por estratigrafia métrica ou natural; 3) o método de *Slice* ou fatiamento.

Carol: O que vemos é que o Histórico-Culturalismo propôs e utilizou uma série de metodologias e práticas de campo, mesmo em termos organizacionais como Droop em 1915. Você sabia que ele foi um dos primeiros a se posicionar em relação ao papel da mulher na arqueologia?

Zé: Não, não sabia.

Carol: Pois foi. Ele defendia que escavações mistas não eram produtivas e se a presença da mulher fosse inevitável ela que se mantivesse separada.

Zé: O Histórico-Culturalismo foi sem dúvida um período importante do ponto de vista das práticas de campo. Basta você pensar que muitas das metodologias que utilizamos hoje em dia são, em grande parte, adaptações das metodologias histórico-culturalistas.

Carol: E o Processualismo?

Zé: Processualismo??? Não!!! Vamos dormir meu bem. Deixemos o Processualismo para amanhã.

Carol: Não..... Eu ainda to sem sono.

Zé: Está bem. Mas é que eu acho que o Processualismo dá pano para manga. Veja por exemplo, a questão do espaço. Espaço no Processualismo é tido como cartesiano, universal, estático e mensurável. Esta idéia tem repercussões importantes nas metodologias de campo.

Carol: Não é por acaso a explosão no uso de métodos estatísticos aplicados à arqueologia durante este período.

Zé: Sim, justamente, afinal o espaço pode ser medido. Um grande número de métodos quantitativos, que permitem a identificação de estruturas espaciais, foram introduzidos na arqueologia durante as décadas de 1970 e 1980, possibilitando uma análise mais sofisticada dos agrupamentos de artefatos e a definição das áreas de atividade intra-sítio (CARR, 1985). Grande parte destas técnicas de investigar a disposição dos artefatos no espaço tinha por base análises estatísticas. Hodder e Orton (1981) dividiram as técnicas de análise espacial em duas gerações. Para eles a primeira geração foi caracterizada por não ter dado a atenção devida às características especiais da informação arqueológica, pois os modelos utilizados não levavam em consideração a informação contextual dos depósitos arqueológicos. Técnicas como a de Vizinho mais Próximo, Métodos Quadrados, Análise Dimensional de Variação, Funções Poisson, são exemplos das técnicas da primeira geração de análises espaciais. Ainda segundo ele, estas e outras técnicas foram introduzidas na Arqueologia diretamente de disciplinas como a geografia humana e da ecologia, sem que se considerassem as particularidades dos dados arqueológicos. Schiffer (1976) demonstrou como as análises pioneiras de Whallon (1973, 1974) assumiam o pressuposto de que as associações de artefatos eram resultado das ações comportamentais originais, sem levar em conta que fatores deposicionais e pós-deposicionais poderiam produzir associações e a seleção dos restos arqueológicos.

Carol: Outro bom exemplo desta concepção de espaço e sua utilização em campo é a questão dos Catchments desenvolvida por Vita Finzi e Higgs (1970). A idéia central das análises de site catchment proposta por eles, é que o custo-benefício do investimento energético e do retorno econômico decai exponencialmente conforme aumenta a distância em relação ao centro do assentamento. Quando o limite econômico ou energético é alcançado, o custo-benefício de exploração do território se torna negativo. A premissa básica é que quanto mais longe do sítio as fontes de recursos estão, maiores são os custos econômicos ou energéticos para explorá-los. Normalmente há um ponto em que o benefício econômico se iguala ao custo de exploração. Sendo assim um limite econômico ou energético pode ser definido neste ponto para determinar o território de exploração do sítio. Aqui não somente o espaço é visto como mesurável e estático, mas o homem é visto pelo poder de maximização dos recursos. É o *homo economicus*.

Zé: Ei vamos acordar o *homo geoarqueologicus*, para participar da conversa, ele vai gostar.

Carol: Não, Zé Roberto! Já falei, deixa o Júlio dormir.

Zé: Tá bom! Mas voltando ao assunto, acho que não é apenas uma preocupação com o ponto de vista da paleo economia, mas sobre tudo, com os processos adaptativos. E essa preocupação pode ser bem observada no desenvolvimento tão marcante de metodologias de Levantamento Arqueológico. A busca por compreender os sistemas adaptativos dentro deste espaço que é neutro acabou resultando em varreduras de grande escala e métodos altamente padronizados.

Carol: Enquanto que a arqueologia dos anos entre 1920 e 1960 se aproximou mais das ciências da terra, a arqueologia dos 1960 e 1970 se aproximou mais das ciências exatas.

Zé: Ambas cada vez mais longe das ciências humanas.

Carol: Não seja exagerado e aproveite e pegue minha garrafa de água, estou com sede. Acho que a questão principal a ser discutida durante o Processualismo é a definição de ciência como ciência objetiva. A concepção positivista de ciência resultou, por exemplo, na preocupação e o desenvolvimento dos sistemas de amostragem. A própria prospecção arqueológica é afetada pelos sistemas de amostragem. Essa crença desmedida no objetivismo científico cegou os processualistas para questões de suma importância como o contexto por exemplo. Alguém hoje há de negar a importância do contexto?

Zé: Tens razão. Segundo Husserl (1962) a ciência sempre viu duas maneiras de compreender a relação sujeito e objeto. A primeira, que afirma a preponderância do objeto em relação ao sujeito, é a chamada perspectiva realista. Neste caso é da realidade do objeto que o conhecimento parte. Na outra ponta, em uma perspectiva mais idealista o que se destaca é a importância do sujeito. Neste caso o mundo é visto como uma representação mental em que os corpos têm apenas uma existência ideal. O Processualismo nasce e se desenvolve totalmente dentro de uma visão realista de mundo. O registro é visto como encerrando em si toda a verdade, todo o conhecimento. Para os processualistas é do vestígio, do registro, do objeto que nasce o conhecimento.

Carol: Mas um fato, é nada mais que uma construção de abstração, na medida em que é fruto da atuação do conhecimento. Um fato científico se dá a partir de um conhecimento, de uma dúvida, da necessidade de investigação. O interesse do sujeito atuante por um determinado objeto, a escolha dos métodos e orientações passam por atuações subjetivas dentre as quais as emoções e valores. Assim, percebemos que a neutralidade científica é intenção apenas oculta ou alienada, caso se insista em afirmá-la neutra. A fenomenologia veio para mostrar que o ser humano vê o mundo e seus fenômenos de acordo com sua cultura, meio ambiente, formação educacional, estado emocional, entre outros fatores que formam seu entorno e seu interior. O indivíduo processa mentalmente as informações que o meio lhe oferece a partir de sua experiência cultural. Sendo assim, cada imagem do mundo é composta de estímulos que são processados através da experiência pessoal, aprendizado, imaginação, memória, etc. A percepção envolve seleção, identificação e codificação de informações dentro de um contexto de informações passadas. No mundo da objetividade pura, o homem está ausente. É um mundo árido, só de conceitos. Para a fenomenologia, “não se pode separar a ciência do cientista, o sujeito do objeto, o criador da criatura” (OLIVEIRA, 1996, p. 48).

Zé: No empirismo convencional, que tanto caracteriza o Processualismo, o registro arqueológico é entendido como sendo formado por vários fatos que registram os eventos ou significados do passado, dentro de uma relação causa/efeito, que seria em si a propriedade mais objetiva do registro material.

Carol: Na arqueologia processual a relação entre as dinâmicas culturais do passado e o registro arqueológico, que é visto como estático, foi pensada como uma relação causal, governada por um conjunto de leis que operam mediando a transição do contexto dinâmico para o contexto arqueológico. O registro aqui é visto como um reflexo direto e inquestionável de ações sociais específicas. Como ressalta Edgeworth (2003) em arqueologia há uma tendência em aceitar que os diferentes tipos de registros da cultura material, sejam eles mapas, catálogos, medições, descrições, podem ser vistos como equivalentes do próprio registro, uma espécie de cópia ou reflexo do que foi identificado materialmente.

Zé: Alguns poderiam até dizer: Sim, mas o Processualismo acredita e discute contexto. Mas lembremos que a ênfase processualista no contexto dos artefatos, nos processos culturais, é uma ênfase ambiental, funcionalista; já que todo sistema cultural é, antes de tudo, uma adaptação ao meio ambiente. Disto decorre a necessidade das duas unidades básicas de amostragem do Processualismo, a região, estudada através da pesquisa de superfície, e o sítio, estudado através da escavação. A partir daí é levada em consideração a distribuição dos sítios e o estabelecimento de sistemas regionais, com uma ênfase ecológica. A preocupação passa a ser as reconstruções econômicas e paleo-ambientais. (LUCAS, 2001).

Carol: Em campo isso é refletido com a padronização do registro através de grades cartesianos, utilização de métodos geofísicos e químicos e escavação de áreas abertas não mais em seção. Talvez o método que mais exemplifique o pensamento processualistas seja o desenvolvimento de técnicas de “survey”, que tem como preocupação a identifica-

ção de contextos regionais. Neste sentido, sítios passam a serem vistos como pontos em mapas de distribuição. Nota-se que, através desses ideais científicos, há uma mecanização e hierarquização do campo, onde o escavador é mudo e tem interpretação limitada.

Zé: Talvez o aspecto mais interessante do Pós-Processualismo seja a desmistificação da objetividade do registro. Passa-se a defender a escavação como processo interpretativo, a necessidade de múltiplas vozes em campo e o registro do registro. Dessa forma, tem fim, pelo menos teoricamente, a hierarquização em campo e também a separação entre prática e teoria. (ANDREWS *et al.*, 2000; BERGREEN e HODDER, 2003; CHADWICK, 2010). Como coloca Edgeworth: “[...] no ato do descobrimento o objeto é reapropriado e cognitivamente re-moldado, de acordo com o projeto da comunidade arqueológica contemporânea” (2003, 42), sendo assim, essa idéia de causa e efeito não existe, já que o objeto passa a ser construído no presente através da interpretação do arqueólogo.

Carol: Shanks and Tilley (1987) vão ainda mais longe, propondo que a prática de escrever é a prática real da arqueologia, pois o passado é algo que é escrito no presente. Alguma observação sobre o passado envolve a criação do passado no presente. O passado não é muito sobre o que é documentado pelo registro, é principalmente, sobre aquilo que é produzido no ato de escrever.

Zé: Eles não deixam de ter razão, afinal, se na maior parte das vezes os fatos são destruídos ao longo dos processos de escavação, o corpus de fatos que constituem o registro arqueológico é em grande parte compreendido de documentos textuais. Se pensarmos que as conclusões gerais sobre as atividades humanas são baseadas nos fatos que registramos ao longo da escavação, nossas interpretações partem não só da materialidade do sítio, mas da materialidade do texto a partir de uma noção particular de correspondência e vínculo entre a representação textual e seu objeto material. Como ressalta Edgeworth (2003), quando criamos teorias sobre o passado baseadas em fatos, o que realmente significamos como fato são os objetos textuais que correspondem a uma noção particular de correspondência entre a representação textual e o objeto material.

Carol: O passado não é apenas aquilo que é registrado, mas é aquilo que é produzido através da documentação arqueológica, das práticas de escrever, fotografar, registrar. Desta maneira, o registro arqueológico é composto não apenas pela cultura material pretérita como do registro documental que se faz desta cultura material. Como coloca Thomas (1993), a arqueologia é uma atividade de materialização. Ela não simplesmente trabalha com a cultura material, ela a materializa. A arqueologia traz coisas novas para o mundo, re-configurando o próprio mundo. Neste sentido, a arqueologia não deve ser vista como um novo passado, mas, como um novo presente, a realização da presença. Para ele, esta dupla materialidade, a da escavação e a da produção, caracteriza a arqueologia, mesmo porque a maneira em que um sítio é escavado está em muito associado à maneira em que ele será registrado.

Zé: Como diria Tilley (2004), é impossível dizer, algumas vezes, que a escavação arqueológica gera conhecimento objetivo sobre o passado, simplesmente porque este co-

nhecimento nunca pode ser experimentado por outros. Tendo escavado o registro, o que é registrado sempre permanece inverificável. Nós não podemos conferir a textura, a cor e as características do estrato, não podemos sentir cheirar ou tocar no solo. Não temos experiência do espaço. Ao mesmo tempo o registro final, oferece possibilidades limitadas de entendimento, porque tudo que resta da escavação são representações do que foi escavado. Neste sentido, devemos experimentar vivenciar o sítio e a escavação, pois esta prática cria um laço com a memória e conecta o conhecimento de um lugar para o outro.

Carol: Acho interessante esta idéia da vivência de campo, pois como lembra Bradley (2003), embora cada seqüência estratigráfica possa ser interpretada em detalhe, precisamos considerar que elas não foram experimentadas no passado da mesma maneira que elas se estabelecem depois de escavadas. Na vida real, no dia a dia, as pessoas não experimentam o mundo da mesma maneira que as seqüências compiladas pelos arqueólogos (BRADLEY, 2006). Pessoas não vivem e não viveram suas vidas de acordo com os estratos ordenadamente delineados pela escavação arqueológica. Ao contrário, elas se movem entre diferentes materialidades, diferentes vestígios que sobrevivem de diferentes períodos.

Zé: Sim, basta recordar o que disse Tilley em 1994, quando notou que as lascas mesolíticas britânicas faziam parte da paisagem mesolítica tardia e da paisagem Neolítica vivenciada. Desta maneira, estas populações poderiam reconhecer e interpretar estas lascas apropriando estes vestígios à sua paisagem, com nomes e significados específicos. Da mesma maneira imaginemos uma área de cultivo com cacos cerâmicos dispersos. Para quem planta e vivencia a paisagem, estes cacos fazem parte da paisagem, eles fazem parte da experiência da paisagem. Eles foram significados. Mas se pensarmos nos registros estáticos de uma matriz de Harris, por exemplo, jamais teremos esta compreensão.

Carol: Bradley (2003, 2006) tem defendido a idéia de que sítios, paisagens e monumentos só podem ser interpretados a partir de uma longa exposição à evidência de campo, pois é através da familiaridade com os vestígios que passamos a reconhecer todas as características salientes. Na prática a experiência da escavação deveria ser cumulativa, para permitir que os arqueólogos se tornem mais sensíveis à materialidade presente no sítio e na paisagem. O problema é que a atividade de campo é, principalmente na arqueologia de contrato, rápida, dado os custos baixos e os cronogramas apertados.

Zé: Isso me faz lembrar quando Mário Quintanilha (1979) foi convidado por um amigo a conhecer a paisagem carioca. Disse ele: “O que pensa que vou fazer meu caro amigo, dizer muito prazer em conhecê-la, minha senhora! Esse não pode ser um conhecimento voluntário, aprazado, mas uma lenta osmose inconsciente, de modo que no fim se fique pertencendo à paisagem, e vice-versa. Não se pode conhecer nada num minuto e só por isso é que os turistas não conhecem o mundo. Jamais acreditei em observação direta”

43 Carol: Neste sentido, podemos dizer que há um grande paradoxo no chamado levantamento arqueológico. Nós pegamos um mapa cartesiano, construído com

modernos sistemas geodésicos, projeções, grades, datums, sistemas de coordenadas e então utilizamos estes mapas para tentar entender as diferentes culturas e os diferentes olhares do passado. Nosso conceito de paisagem não é apenas abstrato e eurocêntrico, mas quantificado, abstrato, universal. A paisagem é vista como se todas as paisagens culturais pudessem ser medidas e entendidas do mesmo modo (TILLEY, 1994).

Zé: Questão parecida foi levantada por Whitmore em 2004, a partir de um exemplo bem corriqueiro, o caminhamento em um transect. Normalmente quando fazemos um transect registramos em nossos diários tudo que vamos observando ao longo do caminho. Quando nos deparamos com um objeto, coletamos, numeramos, descrevemos o entorno e seguimos em frente. Neste processo a única ligação que o objeto tem com seu local de origem passa a ser a frágil etiqueta de numeração. Na publicação final, depois de limpo, analisado, acondicionado, qual a relação que o objeto, descrito como figura 1 no relatório, tem com aquela peça coletada e descrita no caderno de campo na folha suja e úmida da página 3? Onde fica aquela dor de cabeça que lhe atormentou durante o dia todo enquanto você caminhava no transect? Qual o espaço que damos para a vivência do primeiro contato com o objeto, ou para os motivos e as razões que levaram a descoberta dos vestígios? Este é um dos motivos pelos quais, em minha opinião, o Pós-Processualismo não alcançou ainda o campo. Nossa prática normalmente segue na contra mão daquilo que pensamos teoricamente. Acreditamos na subjetividade da construção do conhecimento, mas ainda não aplicamos e não damos espaço para este tipo de abordagem.

Carol: Sabe de uma coisa? Se nós pensássemos na complexidade de nossas vidas, de nossas atitudes, de nosso dia a dia, provavelmente veríamos o passado de maneira diferente e pensaríamos em metodologias mais adequadas às nossas perguntas. Vivemos o mundo de modo subjetivo, mas queremos entender o mundo de maneira objetiva. Não tem algo errado aí? Já pensou na quantidade de informações que você produz em uma hora, ou na quantidade de situações pelas quais você passa em um dia? Como alcançar isso do ponto de vista metodológico?

Zé: Não acho que seja uma tarefa fácil. Mas se desejamos alcançar o humano por detrás dos objetos, devemos nos preocupar um pouco mais em como se dá nosso contato com o mundo. Acho que a chave para uma metodologia pós-processual reside aí, ou seja, na corporeidade, no sensorial, na percepção. Afinal, nosso primeiro contato com o mundo se dá através de nosso corpo, de nossos sentidos. Concebemos o mundo a partir de nossa percepção. O mundo não é o que pensamos, mas o que vivemos.

Carol: Mas aí reside outra questão. Como traduzir nossas impressões, nossas vivências, para o papel, já que nossa produção escrita é engessada dentro dos parâmetros do discurso acadêmico.

Zé: Acho que o ato de escrever imaginativamente permitiria ao arqueólogo quebrar a rigidez do discurso oficial estabelecido e explorar o passado de formas diferentes (TRINGHAM, 1994). Segundo Frieman e Gillings (2007) a narrativa criativa, ou o que Hamilakis (2002) chama de escrita evocativa, pode ser talvez um dos meios de se

efetivar uma arqueologia verdadeiramente pós-processual. Enquanto que o engajamento sensorial cotidiano, tanto diante do registro arqueológico quanto do mundo como um todo, nos fornece uma rica e fértil fonte de idéias e inspirações, nossa narrativa é pragmática. Mas há algumas limitações, pois nem sempre a língua alcança o que se pretende exprimir a partir da experiência sensorial. O que é mais importante em um texto não é o que ele significa, mas o que ele te incita a fazer. E como ele nos incita? Através de afeto que ele contém e transmite.

Carol: Bom meu bem, vamos parar de falar agora não é. Você fala pelos cotovelos. Toda esta conversa sobre arqueologia me deu soninho. Quero mimir.

Zé: Nãããooo!!!! Vamos falar mais um pouquinho. Quando eu queria dormir, você não quis.

Carol. Não José! Você tomou coca demais e agora está elétrico. Se quiser vá acordar o Júlio. Mas acho que ele não vai gostar, o bichinho tá até roncando. Você tem duas opções: ou entra na barraca e vem dormir ou vai conversar com o cachorrinho na frente da barraca do Júlio.

Zé: Está bem, meu amor, vamos dormir. Amanhã a gente continua o papo.

THE THEORY IN ARCHAEOLOGICAL PRACTICE. A CONVERSATION BENEATH THE MOON'S LIGHT

Abstract: in general, we can say that all the major currents theories of Archaeology were accompanied by changes in the methodologies of the field. However, despite the great theoretical advances offered by the Post-Processualism, field practices have not followed this development. It is this situation that this article discusses.

Keywords: Theoretical-Methodological Currents. Archaeological Practice. Post-Processualism.

Referências

ANDREWS, G.; BARRETT, J.; LEWIS, J. Interpretation not Record: The Practice of Archaeology. *Antiquity*, v. 74, n. 285, p. 525-530, 2000.

BERGREEN, A; HODDER, I. Social Practice, Method and Some Problems of Field Archaeology. *American Antiquity*. v. 68, n. 3, p. 421-434, 2003.

BRADLEY, R. Seeing things. Perception, experience and the constraints of excavation. *The Antiquaries Journal*, v. 3, n. 2, p. 151-168, 2003.

BRADLEY, R. Bridging The Two Cultures. Commercial Archaeology and The Study of Prehistoric Britain. *The Antiquaries Journal*, v. 86, p. 1-13, 2006.

CARR, C. *For Concordance in Archaeological Analysis. Bridging Data Structure, Quantitative Technique and Theory*. Illinois: Waveland Press, 1985.

45 CHADWICK, A. *What Have The Post-processualists Ever Done For Us? Towards An Integration*

of Theory and Practice and Radical Field Archaeologies. 2010. [artigo científico]. Disponível em: <http://independent.academia.edu/AdrianChadwick/Papers>. Acesso em: 15 dez 2010.

DROOP, J. *Archaeological Excavation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1915.

EDGEWORTH, M. *Acts of Discovery: An Ethnography of Archaeological Practice*, BAR International Series 1131. Oxford: Archaeopress, 2003.

FRIEMAN, C.; GILLINGS, M. Seeing is Perceiving. *World Archaeology*, v. 39, n. 10, p. 4-16, 2007.

HAMILAKIS, Y. Introduction: experience and corporeality. In: HAMILAKIS, Y.; PLUCIENNIK, M.; TARLOW, S. (Eds.). *Thinking through the Body: Archaeologies of Corporeality*. New York: Kluwer, 2002. p. 99-103.

HODDER, I.; ORTON, C. *Spatial Analysis in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

HUSSERL, E. *Ideas: general introduction to pure phenomenology*. London: Collier MacMillan Publishers, 1962.

LUCAS, G. *Critical approaches to fieldwork: contemporary and historical archaeological practice*. Londres: Routledge, 2001.

OLIVEIRA, L. Percepção e representação do Espaço Geográfico. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). *Percepção Ambiental: A experiência Brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 187-212.

PETRIE, W. *Methods and Aims in Archaeology*. London: Macmillan and Co., 1904.

PUTNAM, F. On Methods of Archaeological Research in America. In: WILLIAMS, S. *The Selected Archaeological Papers of Frederic Ward Putnam*. New York: AMS Press, 1973 (1886).

QUINTANILHA, M. Natureza. In: QUINTANILHA, M. *Na Volta da Esquina*. Porto Alegre: RBS/Editora Globo, 1979.

ROUSE, I. Prehistory, Typology and the Study of Society. In: CHANG, K. *Settlement Archaeology*. Palo Alto, CA: National Press, 1968, p. 10-30.

SCHIFFER, M. *Behavioral Archaeology*. New York: Academic Press, 1976.

SHANKS, M. Practice into Theory. *Cambridge archaeological journal*, v. 12, p.151-53, 2002.

SHANKS, M.; TILLEY, C. *Re-Constructing Archaeology. Theory and Practice*. New York: Routledge, 1987.

THOMAS, J. The politics of vision and the archaeologies of landscape, In: BENDER, B. (Ed.). *Landscape: Politics and Perspectives*. Providence (RI): Berg, 1993, p. 19-48.

THOMAS, J. Archaeology's Place in Modernity. *Modernism/modernity*, v. 11, n. 1, p.17-34, 2004.

TILLEY, C. *A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments*. Oxford: Berg Publishers, 1994.

TILLEY, C. *The materiality of stone. Explorations in landscape phenomenology*. Oxford: Berg Publishers, 2004.

TRINGHAM, R. Engendered places in prehistory. *Gender, Place, and Culture*. v. 1, n. 2, p. 169-203, 1994.

VITA FINZI, C.; HIGGS, E. Prehistoric Economy in the Mount Carmel Area of Palestine.

Site Catchment Analysis. *Proceedings of Prehistoric Analysis*, v. 36, p. 1-37, 1970.

WHALLON, R. Spatial Analysis of Occupation Floors I: The Application of Dimensional Analysis of Variance. *American Antiquity*, v. 38, n. 3, p. 266-278, 1973.

WHALLON, R. Spatial Analysis of Occupation Floors II: The Application of Nearest Neighbor Analysis. *American Antiquity*, v. 39, n. 1, p. 16-34, 1974.

WHEELER, M. *Archaeology from the Earth*. Índia: Munshiram Manoharlal Publishers Pvt. Ltd., 1954.

WHITMORE, C. On Multiple Fields. Between the Material World and Media: Two Cases from the Peloponnesus, Greece. *Archaeological Dialogues*, v. 11, n. 2, p. 133-164, 2004.